

COIMBRA DE SEGUROS (1919-1925)

FONTES E BIBLIOGRAFIA

BETHENCOURT, F., «Sociedade de seguros projectada em 1770». *Égide*, Lisboa, INS, n.º 4 (outubro de 1981), pp. 32-34; BOHER, Saulo Santiago, «Política e economia: Provedoria dos seguros e políticas para a atividade de seguros no Rio de Janeiro (1810/1831)», in *Simpósio Nacional de História, XXIV — História e Multidisciplinaridade: Territórios e Deslocamentos: Anais do XXIV Simpósio Nacional de História*, S. Leopoldo, Unisinos, 2007; BOHER, Saulo S., «Interesses Seguros»: *As Companhias de Seguro e a Provedoria dos Seguros do Rio de Janeiro (1810-1831)*, Niterói, U. F. F., 2008; MARQUES, A. H.

de Oliveira, *Para a História dos Seguros em Portugal*, Lisboa, Arcádia, 1977; MEGLIORINI, Leandro, «Seguros de grossa aventura: a Companhia de Seguros Indemnidade à Época Joanina», in *Encontro Regional de História ANPUH, XII — Usos do Passado: XII Encontro Regional de História ANPUH*, Rio de Janeiro, ANPUH, 2006; MEGLIORINI, L., *A Companhia de Seguros Indemnidade: História de Empresas no Brasil Joanino (1808-1822)*, Niterói, U. F. F., 2008; REIS, Artur, *Seguradoras Nacionais*. Lisboa, Fidelidade, 2000, pp. 12-16.

PF

COIMBRA DE SEGUROS (1919-1925)

Sediada em Coimbra, na Praça de 8 de Maio, 42 (Reis, 2000: 84), a companhia Coimbra de Seguros — Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada — obteve autorização governamental para se constituir definitivamente através da Portaria n.º 2100, de 20 de dezembro de 1919 (*Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 259, de 20 de dezembro de 1919), com o objetivo assente na exploração da «indústria de seguros e resseguros nos ramos dos transportes por via marítima, postal, incêndio, quebra de cristais, incêndio de automóveis e agrícola [...]» (*ibidem*). O ano de 1919 foi extremamente prolífero na fundação de novas seguradoras em Portugal, registando-se, para além do organismo em causa, a abertura de portas de 11 instituições — a Tenacidade, Excelsior, o Banco Previdente Segurador, Lloyd Espanha, Lloyd Transatlântico, a Meridional, o Banco de Seguros*, a Esfera, Lloyd Luso Brasileiro, a Numancia, a Renascença (Lapa, 1939: 158) —, numa tendência crescente que, já um ano antes (1918), causava sinais de alarme e de alguma preocupação na indústria seguradora, como nos esclarecem as palavras publicadas no

Jornal de Seguros: «A criação sucessiva e ininterrupta de novas companhias de seguros tem sido de tal a ordem no nosso paiz, nos últimos tempos, que é de presumir que em breve os que pensam organizar algumas dessas empresas, se vejam embaraçados mais em descobrir um ramo que ainda não tenha sido utilizado, e não se confunda com alguns dos já existentes, do que em encontrar capitais para ela se poder constituir e viver desafogadamente [...]. Toda a medalha, porém, tem reverso e assim, se o facto a que aludimos demonstra a vitalidade das forças económicas do paiz, ele não deixa por isso de causar inquietações e receios aos que supõem que o desenvolvimento da industria de seguros já atingiu e vai excedendo até a capacidade que ela deveria ter entre nós.» (*Jornal de Seguros*, n.º 305, 30 de setembro de 1918: 1.) Quanto à atividade da Coimbra de Seguros, os registos acedidos são esparsos e pecam pela escassez de informação, não permitindo compreender com maior rigor as suas vicissitudes. Registe-se que, a partir da análise de um título correspondente a 5 ações, datado de 20 de maio de 1921, o capi-

tal emitido fixou-se nos 300 000\$00, dividido em 10 000 ações a 30\$00 cada, evidenciando ainda um logótipo com uma iconografia marcadamente regional que invoca os elementos simbólicos e paisagísticos característicos da *civitas* conimbricense, através da representação do Paço Episcopal/Museu Machado de Castro, Jardim da Sereia, Choupal, Universidade e Penedo da Saudade. A 25 de março de 1920 foi outorgada, através de portaria governamental, uma autorização para conceder seguros contra roubos e a inclusão, no seguro automóvel, de uma nova premissa «que responde pelos prejuízos de qualquer natureza sofridos pelo automóvel, em consequência de desastres, quando se prove a não culpabilidade ou má fé do segurado» (Portaria n.º 2219, *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 61, de 25 de março de 1920). No ano seguinte, a 20 de junho de 1921, foi concedida uma nova extensão da sua atividade no âmbito do ramo «Agrícola», com a autorização de efetuar seguros contra calamidades naturais, abrangendo os riscos de granizo, inundações e enxurradas (*Jornal de Seguros*, n.º 372, de 15 de julho de 1921: 2; Portaria n.º 2795, *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 124, de 20 de junho de 1921). Os passos que

antecedem o seu término foram dados já em 1922, ano que foi adquirida pela companhia Íris, que igualmente integrou as seguradoras Compensadora e Portucalense (Reis, 2000: 65; Portaria n.º 3585, *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 118, de 4 de junho de 1923), com a sua total incorporação a concretizar-se já no ano de 1925 (*idem*: 84).

FONTES E BIBLIOGRAFIA

«As novas companhias», *Jornal de Seguros*, n.º 305, de 30 de setembro de 1918, p. 1; «Coimbra de seguros», *Jornal de Seguros*, n.º 372, de 15 de julho de 1921, p. 2; «Indústria de seguros — Necessidade da sua remodelação em Portugal», *Jornal de Seguros*, n.º 431, 30 de setembro de 1925, p. 1; LAPA, Albino, *Seguros em Portugal (Estudo Histórico)*, Lisboa, ed. de Autor, 1939; REIS, Artur, *Seguradoras Nacionais: Apontamentos, Seguradoras, Filiações, Documentos*, Lisboa, Fidelidade/Caixa Geral de Depósitos, 2000; Legislação: Portaria n.º 2100, *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 259, de 20 de dezembro de 1919; Portaria n.º 2219, *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 61, de 25 de março de 1920; Portaria n.º 2795, *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 124, de 20 de junho de 1921; Portaria n.º 3585, *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 118, de 4 de junho de 1923; Iconografia: ação «Coimbra de Seguros» — <http://www.gutowski.de/katalog-41/PDFs/3-8.pdf> (acedido em 2 de julho de 2012).

DMF

COMÉRCIO E INDÚSTRIA (1907-1979)

A Companhia de Seguros Comércio e Indústria, Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada, foi criada em 1907, em Lisboa, sendo a sua sede na Rua do Ouro, 75, 2.º; em 1914, era na Rua do Arco do Bandeira, 22. A delegação no Porto ficava na Praça dos Voluntários da Rainha, 14 a 16, mais tarde na Rua dos Lóios, 92. As escrituras públicas foram lavradas em 17 de agosto de 1907, no notário António Tavares de

Carvalho, e os estatutos publicados no *Diário do Governo*, n.º 184, de 20 de agosto. Os estatutos iniciais foram alterados, por decisão das assembleias gerais e depois de cumpridas as formalidades legais, em 1914, 1917, 1924 e 1945. Em artigo do *Jornal de Seguros*, n.º 207, de 15 de setembro de 1914, descreve-se o emblema da Companhia: «O emblema simbólico da *Comércio e Indústria*, em forma oval, é encimado pelo